



PROPOSTAS DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS AOS
CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA EM 2026

Democracia, Soberania e Desenvolvimento: uma agenda para o Sistema Federal de Educação Superior e para o Brasil

Manifesto Inicial

O Brasil chega às eleições de 2026 diante de escolhas que influenciarão profundamente seu futuro nas próximas décadas. A consolidação da democracia, a redução das desigualdades sociais e regionais, a proteção dos biomas brasileiros, a transição ecológica, a transformação digital, a soberania científica e tecnológica, a melhoria da educação básica, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, a reindustrialização, a ampliação da produtividade nacional com garantia de dignidade ao trabalhador e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável exigirão visão estratégica, capacidade de planejamento e compromisso com políticas públicas de longo prazo.

Em todos esses desafios, há um elemento comum: a capacidade do país de produzir conhecimento, formar pessoas, desenvolver soluções e construir consensos em torno de um projeto nacional. Nesse contexto, as Universidades Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de Minas Gerais e do Rio de Janeiro constituem um patrimônio público indispensável e uma das mais importantes infraestruturas democráticas do Estado brasileiro. A Rede IFES constitui uma das mais relevantes infraestruturas estratégicas do Estado nacional para promover desenvolvimento, reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e fortalecer a soberania do país. Presentes em todas as regiões do Brasil, atuando em centenas de municípios, formando profissionais, produzindo ciência, desenvolvendo tecnologias, promovendo inovação, fortalecendo políticas públicas e ampliando oportunidades para milhões de brasileiros e brasileiras, essas instituições desempenham papel estratégico na construção de uma nação mais justa, democrática, soberana e sustentável.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil realizou um dos mais importantes processos de expansão e interiorização da educação superior pública de sua história. Esse movimento permitiu que o conhecimento científico alcançasse novos territórios, fortalecesse economias regionais, contribuísse para a redução de desigualdades e ampliasse oportunidades para populações historicamente excluídas do acesso à universidade. As Universidades Federais e os CEFETs foram protagonistas desse processo. A partir de sua presença territorial, contribuíram para a formação de profissionais qualificados, para a produção de conhecimento sobre os desafios locais e nacionais, para a consolidação de políticas públicas e para a promoção do desenvolvimento regional em todas as regiões do país.

Entretanto, a trajetória de expansão da Rede IFES também evidenciou desafios que precisam ser enfrentados.

Diferentes ciclos de expansão da Rede IFES ocorreram sob distintos arranjos institucionais e orçamentários. Enquanto a expansão conduzida ao longo dos anos 2000 até 2013 esteve associada a políticas nacionais de implantação, reestruturação e consolidação institucional, o ciclo mais recente de criação de universidades federais, materializado entre 2018 e 2019, ocorreu sem a instituição de ações específicas de consolidação. As universidades criadas nesse período passaram a exercer plenamente suas responsabilidades constitucionais sem que suas leis de criação fossem acompanhadas de financiamento estruturante, expansão equivalente de cargos ou de um plano de implantação institucional com previsibilidade orçamentária. Essa realidade inaugurou um novo conjunto de desafios para a Rede IFES, exigindo políticas diferenciadas de fortalecimento institucional.

Por essa razão, afirmamos que o desafio do próximo ciclo histórico não é escolher entre expandir ou consolidar. O desafio é construir um projeto nacional capaz de combinar expansão qualificada, consolidação institucional e desenvolvimento estratégico da Rede IFES, ampliando oportunidades para a população brasileira e fortalecendo a capacidade do país de responder aos desafios do século XXI. O Brasil ainda precisa ampliar o acesso à educação superior pública, especialmente para grupos historicamente sub-representados e para regiões que demandam novas oportunidades educacionais. As metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação reforçam essa necessidade. Ao mesmo tempo, é indispensável garantir que os processos de expansão ocorram de forma planejada, sustentável e acompanhada das condições necessárias para assegurar qualidade acadêmica, inclusão, permanência estudantil e desenvolvimento institucional.

Propomos, portanto, a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento da Rede IFES, capaz de articular, em uma mesma estratégia de longo prazo, a consolidação das instituições existentes, a redução das assimetrias históricas, o fortalecimento da ciência e da inovação, a ampliação das oportunidades educacionais, a internacionalização, a sustentabilidade, a inclusão e o desenvolvimento regional. Esse plano deve reconhecer que as universidades federais não são apenas instituições de ensino superior. São espaços de produção de conhecimento, formação cidadã, inovação, cultura, cooperação internacional e transformação social. São instituições que articulam Estado e sociedade, conectam ciência e território, fortalecem políticas públicas e contribuem para a construção de soluções para problemas complexos que desafiam o país.

Em um mundo marcado pela emergência climática, pela transformação digital, pela reorganização geopolítica e pela crescente centralidade do conhecimento, o Brasil precisará fortalecer sua capacidade de produzir ciência, desenvolver tecnologias, proteger seus biomas, promover a inclusão social, ampliar sua inserção internacional e exercer sua soberania. Nenhum desses objetivos será alcançado sem universidades públicas fortes.

As Universidades Federais e os CEFETs respondem pela maior parte da pesquisa produzida no país, formam recursos humanos altamente qualificados, sustentam a pós-graduação brasileira,

fortalecem o Sistema Único de Saúde, contribuem para a educação básica, apoiam a inovação e promovem o desenvolvimento dos territórios. Ao mesmo tempo, ampliam a presença do Brasil nos espaços internacionais de cooperação acadêmica e científica, fortalecendo a integração regional, o multilateralismo e a colaboração entre países do Sul Global. O Brasil que pretende ser mais desenvolvido, mais sustentável, mais inovador, mais democrático e mais justo precisará necessariamente de universidades federais fortes.

Por essa razão, dirigimo-nos aos candidatos e às candidatas à Presidência da República para apresentar uma agenda estratégica para o Sistema Federal de Educação Superior e para o país. Mais do que um conjunto de reivindicações institucionais, esta é uma contribuição para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento comprometido com a democracia, a soberania, a inclusão, a sustentabilidade e o bem-estar da população brasileira.

As Universidades Federais e os CEFETs colocam-se à disposição para contribuir ativamente com esse esforço. Ao longo de sua história, demonstraram capacidade de formular soluções, construir consensos, formar lideranças e responder aos grandes desafios nacionais. Seguiremos atuando como parceiros estratégicos do Estado brasileiro na construção de um futuro capaz de combinar conhecimento, justiça social, desenvolvimento sustentável e prosperidade compartilhada.

É a partir dessa compreensão sobre o papel estratégico da Rede IFES para o desenvolvimento nacional que apresentamos, a seguir, os compromissos e prioridades que consideramos fundamentais para o Brasil no período 2027-2030.

VISÃO DE FUTURO: REDE IFES 2035

A Andifes defende que o Brasil chegue a 2035 contando com uma Rede IFES fortalecida, socialmente referenciada, internacionalmente conectada e plenamente integrada a uma estratégia nacional de desenvolvimento. Uma rede capaz de combinar expansão qualificada, consolidação institucional e redução das assimetrias históricas; de ampliar oportunidades educacionais e garantir condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico; de produzir conhecimento estratégico para o país; de fortalecer a soberania científica e tecnológica brasileira; de contribuir para a proteção dos biomas e para a transição ecológica; de apoiar políticas públicas e promover o desenvolvimento dos territórios. Uma rede formada por instituições diversas em sua trajetória, vocação e inserção regional, mas unidas por um compromisso comum com a democracia, a inclusão, a excelência acadêmica e a transformação social.

A construção desse horizonte exige planejamento de longo prazo, financiamento adequado e compromisso permanente do Estado brasileiro com a educação superior pública, a ciência, a tecnologia e a inovação. É a partir dessa visão que apresentamos os compromissos estruturantes e as prioridades estratégicas da Rede IFES proposta pela Andifes para o período 2027–2030.

COMPROMISSO ESTRUTURANTE 1

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA REDE IFES

O Brasil construiu, ao longo das últimas décadas, uma das maiores e mais relevantes redes públicas de educação superior do mundo. A expansão e a interiorização das Universidades Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica ampliaram oportunidades educacionais, fortaleceram o desenvolvimento regional, contribuíram para a redução de desigualdades e levaram ciência, tecnologia e inovação a territórios historicamente excluídos dos grandes centros de produção de conhecimento.

Esse processo transformou a Rede IFES em um patrimônio estratégico da nação. Entretanto, os diferentes ciclos de expansão ocorreram em contextos distintos e nem sempre foram acompanhados da integral implementação das condições pactuadas para seu pleno desenvolvimento. Persistem desafios relacionados à disponibilidade de servidores docentes e técnico-administrativos, à estrutura organizacional das instituições, à manutenção e modernização da infraestrutura física e tecnológica e à redução de assimetrias acumuladas ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, o Brasil ainda enfrenta importantes desafios relacionados à ampliação do acesso à educação superior pública e ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Milhões de jovens permanecem sem acesso à universidade, especialmente entre os segmentos historicamente sub-representados da população e em regiões que demandam maior presença do Estado. Por essa razão, a Andifes propõe a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento da Rede IFES, concebido como política de Estado e estruturado a partir de uma visão de longo prazo para a educação superior pública federal. Entendemos que esse plano deve combinar três objetivos indissociáveis:

1. Consolidar as instituições existentes, assegurando condições adequadas de funcionamento, desenvolvimento acadêmico e qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
2. Reduzir as assimetrias históricas e recentes existentes entre instituições e campi, fortalecendo a coesão e o equilíbrio da Rede IFES;
3. Planejar a expansão qualificada da educação superior pública federal, articulando novas oportunidades educacionais às necessidades do desenvolvimento nacional, regional e local.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Rede IFES deve contemplar, entre outros aspectos:

- fortalecimento dos quadros de servidores docentes e técnico-administrativos;
- reconhecimento e valorização das carreiras que sustentam a Rede IFES;
- aperfeiçoamento das estruturas organizacionais das instituições;
- modernização e manutenção permanente da infraestrutura universitária;
- fortalecimento das políticas de permanência estudantil;
- ampliação da capacidade de pesquisa, inovação e internacionalização;
- apoio aos processos de transformação digital;
- fortalecimento da presença das universidades nos territórios;
- planejamento sustentável de futuras expansões.

As Universidades Federais e os CEFETs reivindicam participação ativa na formulação, implementação e monitoramento desse plano, colocando a serviço do país sua experiência acumulada, sua capacidade técnica e sua presença em todas as regiões brasileiras. A proposta apresentada neste documento vincula o desenvolvimento da Rede IFES aos desafios estratégicos do país, reconhecendo seu papel na produção de conhecimento, na formação de pessoas, na inovação, na redução das desigualdades e na construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

COMPROMISSO ESTRUTURANTE 2

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL E PREVISÍVEL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA FEDERAL

A construção de um projeto nacional para a educação superior pública federal exige que o financiamento das Universidades Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica seja tratado como questão estratégica de Estado. Ao longo das últimas décadas, a Rede IFES ampliou significativamente sua presença territorial, suas atividades acadêmicas, científicas e de inovação, sua contribuição para as políticas públicas e seu papel no desenvolvimento nacional. Entretanto, a expansão de suas responsabilidades nem sempre foi acompanhada pela construção de mecanismos capazes de assegurar previsibilidade e estabilidade ao seu financiamento. A ausência de condições adequadas para o planejamento de médio e longo prazo compromete a capacidade das instituições de desenvolver projetos estruturantes, manter sua infraestrutura, ampliar oportunidades educacionais, fortalecer a pesquisa e responder aos desafios emergentes da sociedade brasileira.

As Universidades Federais e os CEFETs não constituem uma despesa acessória do Estado brasileiro. Representam investimento estratégico na formação de pessoas, na produção de conhecimento, na inovação, na soberania nacional, na inclusão social e no desenvolvimento sustentável. Por essa razão, a Andifes propõe a construção de um modelo de financiamento capaz de garantir condições permanentes de financiamento para a Rede IFES, compatibilizando os recursos públicos destinados às instituições com as responsabilidades que lhes são atribuídas pela sociedade brasileira.

Esse compromisso deve contemplar, entre outros aspectos:

- previsibilidade orçamentária para planejamento institucional de médio e longo prazo;
- financiamento compatível com as necessidades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- fortalecimento das políticas de permanência estudantil;
- manutenção, modernização e expansão da infraestrutura física e tecnológica;
- apoio às atividades de pesquisa, pós-graduação e internacionalização;
- fortalecimento dos hospitais universitários e demais estruturas vinculadas às IFES;
- sustentabilidade financeira dos processos de expansão e consolidação institucional.

O financiamento da educação superior pública federal deve ser compreendido como investimento estruturante para o desenvolvimento nacional. Países que ampliaram sua capacidade de inovar, produzir conhecimento e gerar prosperidade sustentada o fizeram a partir de investimentos consistentes em educação, ciência e tecnologia. O desenvolvimento nacional exige financiamento estável e previsível para a educação superior pública federal. A capacidade do Brasil de formar pessoas, produzir conhecimento, gerar inovação, fortalecer sua soberania, apoiar políticas públicas e enfrentar os desafios do século XXI depende diretamente desse compromisso.

COMPROMISSO ESTRUTURANTE 3

CONHECIMENTO, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E SOBERANIA

O século XXI vem redefinindo as bases da soberania nacional. A capacidade de produzir conhecimento, desenvolver tecnologias, formar pessoas altamente qualificadas, participar de redes internacionais de pesquisa e responder a desafios complexos tornou-se um dos principais fatores de desenvolvimento econômico, protagonismo internacional e autonomia dos países. As transformações associadas à inteligência artificial, à digitalização da economia, à transição energética, às mudanças climáticas, à segurança sanitária e às novas dinâmicas geopolíticas reforçam a importância estratégica da ciência, da educação e da inovação para o futuro das nações.

Nesse contexto, as Universidades Federais e os CEFETs desempenham papel central para o Brasil. As instituições que integram a Rede IFES respondem pela maior parte da produção científica nacional, sustentam parcela expressiva da pós-graduação brasileira, formam pesquisadores e profissionais altamente qualificados e contribuem decisivamente para a geração de conhecimento, inovação e desenvolvimento tecnológico. O fortalecimento da capacidade nacional de produzir conhecimento deve ser compreendido como uma política de soberania. Em um cenário internacional cada vez mais marcado pela disputa tecnológica, pela centralidade dos dados, pela transformação digital e pela busca por soluções para desafios globais complexos, os países que ampliam sua autonomia científica e tecnológica fortalecem também sua capacidade de definir seus próprios caminhos de desenvolvimento.

Por tudo isso, a Andifes defende uma estratégia nacional que reconheça o conhecimento e a ciência como ativos fundamentais para o desenvolvimento do país e que fortaleça o papel da Rede IFES na construção das capacidades científicas, tecnológicas e educacionais necessárias para o século XXI.

Esse compromisso deve contemplar, entre outros aspectos:

- fortalecimento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação;
- ampliação dos investimentos em pesquisa e pós-graduação;
- consolidação das estratégias nacionais relacionadas à inteligência artificial, transformação digital e tecnologias emergentes;
- fortalecimento das capacidades nacionais de produção científica e tecnológica;
- ampliação da integração entre universidades, setor público, setor produtivo e sociedade;
- apoio à internacionalização das Universidades Federais e dos CEFETs;
- fortalecimento da diplomacia científica brasileira;
- ampliação da integração universitária latino-americana e caribenha, por meio da cooperação acadêmica, científica e tecnológica;
- fortalecimento das redes de cooperação Sul-Sul;
- valorização dos espaços multilaterais de produção e compartilhamento do conhecimento.

A internacionalização da educação superior deve ser compreendida como instrumento de fortalecimento das capacidades nacionais e não como processo de dependência acadêmica ou tecnológica. A cooperação internacional amplia oportunidades de formação, pesquisa e inovação, fortalece a presença brasileira nos debates globais e contribui para a construção de soluções compartilhadas para desafios comuns. O Brasil possui condições singulares para exercer protagonismo internacional em temas como biodiversidade, mudanças climáticas, saúde pública, segurança alimentar, energias renováveis e redução das desigualdades. A Rede IFES constitui um dos principais ativos nacionais para a produção do conhecimento necessário ao enfrentamento desses desafios e para a afirmação do país como referência científica, tecnológica e educacional no cenário internacional.

COMPROMISSO ESTRUTURANTE 4
INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E EQUIDADE

A ampliação do acesso à educação superior pública constitui uma das mais importantes transformações sociais vivenciadas pelo Brasil nas últimas décadas. As Universidades Federais e os CEFETs desempenharam papel decisivo nesse processo, contribuindo para democratizar oportunidades educacionais e ampliar a presença de grupos historicamente sub-representados nos espaços acadêmicos. A Andifes teve atuação direta nesse processo e reafirma que as políticas de ações afirmativas, a interiorização da educação superior pública e os programas de assistência estudantil transformaram o perfil das instituições federais de ensino superior e fortaleceram seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Os avanços alcançados, entretanto, impõem novos desafios. O acesso à universidade, embora indispensável, não é suficiente para assegurar igualdade de oportunidades. A permanência estudantil, o desenvolvimento acadêmico, a conclusão dos cursos, a inserção profissional e a plena participação na vida universitária dependem da existência de políticas institucionais capazes de enfrentar desigualdades econômicas, sociais, culturais, raciais, de gênero, territoriais e relacionadas à deficiência.

A Andifes defende a consolidação de uma política nacional de inclusão, permanência e equidade que reconheça a diversidade da sociedade brasileira como elemento constitutivo da excelência acadêmica e da qualidade das instituições públicas de educação superior. Defende ainda que esses compromissos se façam presentes também na formação em nível de pós-graduação. Esse é o caminho para que seja possível superar a sub-representação histórica de diversos grupos sociais brasileiros.

Esse compromisso estruturante deve contemplar, entre outros aspectos:

- implementação plena da Lei do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com financiamento adequado e compatível com seus objetivos;
- fortalecimento das políticas de permanência estudantil, com atenção especial à moradia, alimentação, transporte, inclusão digital e segurança alimentar;
- consolidação e aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas;
- promoção da equidade de gênero e ampliação da participação das mulheres nos espaços de liderança acadêmica e científica;
- enfrentamento das diversas formas de violência, discriminação e assédio;
- fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência;
- apoio à saúde mental e ao bem-estar da comunidade universitária;
- valorização da diversidade étnico-racial, cultural e territorial presente nas instituições.

A construção de um país mais desenvolvido, democrático e inovador exige o aproveitamento pleno dos talentos existentes na sociedade brasileira. Nenhum projeto nacional será capaz de alcançar seus objetivos se parcelas significativas da população permanecerem excluídas das oportunidades educacionais, científicas e profissionais. As Universidades Federais e os CEFETs constituem instrumentos fundamentais para a promoção da mobilidade social, da cidadania e da redução das desigualdades. Fortalecer as políticas de inclusão, permanência e equidade significa ampliar as oportunidades de milhões de brasileiros e brasileiras e fortalecer as bases democráticas do desenvolvimento nacional.

DOS COMPROMISSOS À AÇÃO: PRIORIDADES PARA O PERÍODO 2027–2030

Os compromissos estruturantes apresentados neste documento expressam uma visão de longo prazo para a educação superior pública federal e para o desenvolvimento nacional. Eles refletem a compreensão de que o fortalecimento da Rede IFES constitui uma agenda estratégica para o

Brasil, diretamente relacionada à democracia, à soberania, à redução das desigualdades, à sustentabilidade e à construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Transformar essa visão em realidade exige a definição de prioridades capazes de orientar políticas públicas, investimentos e iniciativas institucionais ao longo dos próximos anos. Exige também reconhecer que os desafios enfrentados pelas Universidades Federais e pelos CEFETs são indissociáveis dos desafios enfrentados pelo próprio país.

Os eixos apresentados a seguir traduzem essa compreensão em agendas de ação para o período 2027–2030. Eles articulam as contribuições da Rede IFES para o fortalecimento da democracia, para a consolidação de um sistema federal mais equilibrado e integrado, para a produção de conhecimento e inovação, para a proteção dos biomas e a transição ecológica, para a promoção da inclusão e da equidade e para o desenvolvimento dos territórios brasileiros. Embora apresentados separadamente, esses eixos são complementares e interdependentes. Juntos, expressam o compromisso das Universidades Federais e dos CEFETs com a construção de um Brasil mais democrático, soberano, inclusivo, sustentável e desenvolvido.

A Andifes reafirma sua disposição de contribuir ativamente para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas necessárias à concretização dessa agenda, colocando à disposição do país a experiência acumulada, a capacidade técnica e a presença territorial das instituições que compõem a Rede IFES.

EIXO 1: Democracia, autonomia e compromisso público

As Universidades Federais e os CEFETs constituem instituições estratégicas para a democracia brasileira. Sua autonomia, pluralidade e capacidade de diálogo com a sociedade são condições essenciais para a produção de conhecimento, a formação cidadã e a construção de políticas públicas comprometidas com o interesse coletivo. Em um contexto marcado pela disseminação da desinformação, pela crescente complexidade dos desafios sociais e pela necessidade de fortalecimento das instituições democráticas, as universidades públicas desempenham papel fundamental na promoção do pensamento crítico, da ciência, da cultura e dos direitos humanos. Fortalecer a autonomia universitária e ampliar a interação entre as instituições de ensino superior e a sociedade brasileira significa fortalecer a própria democracia.



PRIORIDADES PARA 2027-2030

- Respeito integral à autonomia universitária, em suas dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- Consolidação dos mecanismos democráticos de escolha de dirigentes previstos na Lei nº 15.367/2026.
- Fortalecimento da participação das universidades na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.
- Ampliação das iniciativas de divulgação científica e comunicação pública da ciência.
- Apoio a estratégias de enfrentamento à desinformação e valorização do conhecimento científico.
- Fortalecimento da extensão universitária e das ações de interação com a sociedade.
- Promoção dos direitos humanos, da cultura de paz e da convivência democrática nos espaços acadêmicos.



RESULTADO ESPERADO

Universidades cada vez mais conectadas à sociedade, reconhecidas como instituições fundamentais para a democracia, a produção de conhecimento e o desenvolvimento nacional.

EIXO 2: Consolidação do Sistema Federal e Superação das Assimetrias

A Rede IFES constitui um patrimônio estratégico do Estado brasileiro e um dos mais importantes instrumentos de democratização do acesso ao conhecimento, desenvolvimento regional e produção científica do país. Os diferentes ciclos de expansão e interiorização ampliaram oportunidades educacionais e fortaleceram a presença das instituições federais em todas as regiões brasileiras. Esse processo, entretanto, produziu realidades institucionais distintas. Universidades e campi criados em diferentes momentos históricos convivem com desafios relacionados à disponibilidade de pessoal, à estrutura organizacional, à infraestrutura física e tecnológica e às condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades. A consolidação da Rede IFES exige o enfrentamento dessas assimetrias e a construção de condições mais equilibradas para o desenvolvimento institucional.

Fortalecer a Rede IFES significa fortalecer as capacidades nacionais de formação, produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento social. Por essa razão, a consolidação das instituições federais de educação superior deve constituir uma prioridade estratégica para o país no próximo período.

PRIORIDADES PARA 2027-2030

- Instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rede IFES como política de Estado para a educação superior pública federal.
- Implementação de estratégias voltadas à redução das assimetrias históricas e recentes existentes entre instituições e campi.
- Implementação de Programa de Consolidação das Universidades Federais criadas em 2018 e 2019, contemplando fortalecimento da estrutura organizacional, recomposição de pessoal e financiamento específico para consolidação institucional.
- Recomposição e fortalecimento dos quadros de servidores docentes e técnico-administrativos, considerando as necessidades atuais e futuras da Rede IFES.
- Aperfeiçoamento das estruturas organizacionais das instituições, com atenção especial à ampliação dos cargos de direção, funções gratificadas e funções de coordenação.
- Implementação de programa permanente de manutenção, modernização e expansão da infraestrutura universitária.
- Fortalecimento das capacidades institucionais relacionadas à inovação, internacionalização e transformação digital.
- Consolidação das condições necessárias para a expansão qualificada da educação superior pública federal, em consonância com as metas nacionais de acesso e inclusão.

RESULTADO ESPERADO

Uma Rede IFES mais integrada, equilibrada e preparada para responder aos desafios do desenvolvimento nacional, ampliando sua capacidade de formar pessoas, produzir conhecimento, reduzir desigualdades e promover oportunidades em todas as regiões do país.

EIXO 3: Conhecimento, Cooperação Internacional e Soberania

O fortalecimento da capacidade nacional de produzir conhecimento constitui uma das principais condições para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil. Em um cenário marcado pela transformação digital, pela inteligência artificial, pelas mudanças climáticas e pela crescente disputa por tecnologias estratégicas, a produção científica, a inovação e a formação de pessoas altamente qualificadas assumem papel central para o futuro do país.

As Universidades Federais e os CEFETs respondem pela maior parte da produção científica nacional e constituem uma das principais infraestruturas de geração de conhecimento da América Latina. Ao mesmo tempo, sua crescente inserção internacional fortalece a presença brasileira em redes globais de pesquisa, amplia oportunidades de cooperação e contribui para a construção de soluções compartilhadas para desafios comuns.

Fortalecer a ciência, a inovação e a cooperação internacional significa ampliar as capacidades nacionais de desenvolvimento e soberania, reafirmando o papel estratégico da Rede IFES na construção do futuro do país.

PRIORIDADES PARA 2027-2030

- Fortalecimento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, com reconhecimento do papel estratégico da Rede IFES.
- Ampliação dos investimentos em pesquisa, pós-graduação e formação de recursos humanos altamente qualificados.
- Consolidação das estratégias nacionais relacionadas à inteligência artificial, transformação digital e tecnologias emergentes.
- Fortalecimento das capacidades nacionais de produção científica, tecnológica e de inovação.
- Ampliação da integração entre universidades, setor público, setor produtivo e sociedade.
- Fortalecimento da internacionalização das Universidades Federais e dos CEFETs.
- Ampliação da cooperação acadêmica, científica e tecnológica com países da América Latina e do Caribe.
- Fortalecimento das redes de cooperação Sul-Sul e da participação brasileira em iniciativas multilaterais de educação, ciência e inovação.
- Valorização da diplomacia científica como instrumento de inserção internacional e desenvolvimento nacional.

RESULTADO ESPERADO

Um Brasil mais capaz de produzir conhecimento, desenvolver tecnologias, formar talentos, ampliar sua inserção internacional e exercer sua soberania científica e tecnológica em benefício do desenvolvimento nacional.

EIXO 4: Desenvolvimento Sustentável, Proteção Integrada dos Biomas e Transição Ecológica

O Brasil possui uma das maiores biodiversidades do planeta, uma posição singular na agenda climática global e um conjunto de biomas que constituem patrimônio ambiental, cultural, científico, social e econômico da nação. Esses ativos colocam o país diante de uma oportunidade histórica de construir um modelo de desenvolvimento capaz de combinar prosperidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental.

As Universidades Federais e os CEFETs desempenham papel estratégico nesse processo. Sua presença em todas as regiões do país, sua capacidade de produzir conhecimento e sua atuação junto aos territórios fazem da Rede IFES uma das principais infraestruturas nacionais para a compreensão dos biomas brasileiros, o enfrentamento das mudanças climáticas e a construção de soluções voltadas à transição ecológica.

A proteção da sociobiodiversidade, a valorização dos saberes tradicionais, a promoção da justiça climática e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis constituem desafios que exigem o fortalecimento da ciência, da educação e da cooperação entre instituições, governos e sociedade.



PRIORIDADES PARA 2027-2030

- Inserção da Rede IFES em uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e transição ecológica.
- Fortalecimento das pesquisas relacionadas às mudanças climáticas, biodiversidade, energias renováveis, segurança hídrica e segurança alimentar.
- Apoio a redes nacionais de pesquisa, formação e inovação voltadas aos biomas brasileiros.
- Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias e soluções sustentáveis para os desafios ambientais contemporâneos.
- Fortalecimento da bioeconomia, da economia circular e de iniciativas orientadas ao desenvolvimento sustentável.
- Valorização dos saberes tradicionais, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das demais populações tradicionais.
- Ampliação das ações de educação ambiental e educação climática.
- Fortalecimento da cooperação nacional e internacional voltada à sustentabilidade e à proteção dos biomas.



RESULTADO ESPERADO

Um Brasil capaz de transformar sua diversidade biológica, cultural e territorial em base para um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador, apoiado na produção de conhecimento, na proteção dos biomas e na promoção da justiça climática.

EIXO 5: Inclusão, Permanência, Diversidade e Equidade

A democratização do acesso à educação superior pública constitui uma das mais importantes políticas de desenvolvimento implementadas pelo Brasil nas últimas décadas. A ampliação das oportunidades educacionais permitiu incorporar novos grupos sociais à vida universitária, fortalecendo a diversidade acadêmica e ampliando as capacidades nacionais de formação, produção de conhecimento e inovação.

As transformações promovidas por essas políticas ampliaram a diversidade presente nas instituições federais de educação superior e contribuíram para incorporar novos grupos sociais aos espaços de formação, pesquisa e produção do conhecimento. Assim, entendemos que o fortalecimento dessas políticas representa um compromisso com a justiça social, com a democratização das oportunidades e com a valorização dos talentos existentes em todas as regiões e grupos sociais do país. A diversidade presente na comunidade universitária constitui um fator de enriquecimento acadêmico, científico, cultural e humano, fortalecendo a qualidade das instituições e sua capacidade de responder aos desafios nacionais.

PRIORIDADES PARA 2027-2030

- Implementação plena da Lei do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com financiamento adequado e compatível com seus objetivos.
- Fortalecimento das políticas de permanência estudantil, com atenção especial à moradia, alimentação, transporte, inclusão digital e segurança alimentar.
- Consolidação e aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas na graduação e na pós-graduação.
- Promoção da equidade de gênero e ampliação da participação das mulheres nos espaços de liderança acadêmica, científica e institucional.
- Enfrentamento das diversas formas de violência, discriminação e assédio.
- Fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.
- Ampliação das ações voltadas à saúde mental e ao bem-estar da comunidade universitária.
- Valorização da diversidade étnico-racial, cultural, territorial e social presente nas instituições.

RESULTADO ESPERADO

Uma educação superior pública cada vez mais inclusiva, diversa e democrática, capaz de ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e contribuir para que o Brasil aproveite plenamente os talentos e potencialidades de sua população.

EIXO 6: Universidade, Território, Integração Regional e Transformação Social

Em centenas de municípios brasileiros, a presença de uma Universidade Federal ou de um CEFET representa oportunidades de formação, produção de conhecimento, fortalecimento de políticas públicas, inovação, cultura e desenvolvimento regional. Sua contribuição ultrapassa a oferta de educação superior e tecnológica, alcançando múltiplas dimensões do desenvolvimento econômico, social, científico e cultural dos territórios. Por essa razão, as Universidades Federais e os CEFETs constituem uma das mais importantes presenças do Estado brasileiro nos territórios.

A presença da Rede IFES em todas as regiões do país permite a articulação entre conhecimento científico, necessidades sociais e potencialidades territoriais. Essa capacidade de dialogar com diferentes realidades constitui uma das principais contribuições das instituições federais para a construção de um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades. Ao fortalecer sua atuação junto aos territórios, às comunidades e às políticas públicas, as Universidades Federais e os CEFETs ampliam sua capacidade de produzir impactos sociais duradouros e de contribuir para a construção de soluções para os desafios brasileiros.



PRIORIDADES PARA 2027-2030

- Fortalecimento da extensão universitária como instrumento de interação entre universidade e sociedade.
- Ampliação da integração entre as instituições federais de educação superior e o Sistema Único de Saúde.
- Fortalecimento das ações voltadas à formação de professores e à melhoria da educação básica.
- Apoio a iniciativas de desenvolvimento regional articuladas às vocações e potencialidades dos territórios.
- Estímulo à inovação social e à construção de soluções para desafios locais e regionais.
- Fortalecimento da cooperação com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais e demais atores territoriais.
- Ampliação das estratégias de integração regional e cooperação entre instituições de ensino, pesquisa e inovação.
- Valorização da cultura, da diversidade e do patrimônio material e imaterial dos territórios brasileiros.



RESULTADO ESPERADO

Universidades cada vez mais conectadas aos desafios e potencialidades dos territórios brasileiros, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas, a redução das desigualdades regionais e a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e territorialmente equilibrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas apresentadas nesta carta refletem um acumulado de debates e reflexões de Reitores e Reitoras, Vice-Reitores e Vice-Reitoras e demais Gestores e Gestoras das Universidades Federais e CEFETs. Elas demonstram claramente a compreensão de que o futuro do Brasil está diretamente relacionado à sua capacidade de produzir conhecimento, reduzir desigualdades, fortalecer a democracia, promover a sustentabilidade e ampliar oportunidades para sua população.

As Universidades Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica constituem parte essencial desse esforço nacional. Sua presença em todas as regiões do país, sua contribuição para a formação de profissionais, para a produção científica, para a inovação, para a cultura e para o fortalecimento das políticas públicas fazem da Rede IFES uma das mais importantes infraestruturas estratégicas do Estado brasileiro.

Os desafios que o país enfrenta e seguirá enfrentando nas próximas décadas exigirão planejamento, capacidade institucional e compromisso com políticas públicas de longo prazo. O desenvolvimento da Rede IFES e o desenvolvimento do Brasil são processos inseparáveis. Ambos dependem de escolhas capazes de ampliar oportunidades, fortalecer a produção de conhecimento, reduzir desigualdades e promover um futuro mais democrático, soberano e sustentável.

A Andifes convida os candidatos e as candidatas à Presidência da República a incorporarem essa agenda ao debate sobre o futuro do país e reafirma sua disposição para contribuir ativamente com a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas necessárias ao fortalecimento da educação superior pública federal. As Universidades Federais e os CEFETs são resultado de um esforço coletivo construído ao longo de gerações. Constituem patrimônio da sociedade brasileira e uma das mais importantes expressões da capacidade do país de investir em conhecimento, ciência, educação e desenvolvimento. Fortalecer essa rede significa ampliar as capacidades nacionais de enfrentar desafios, construir oportunidades e projetar o Brasil para o futuro. Esse é um compromisso que transcende governos, ciclos eleitorais e conjunturas. Trata-se de uma escolha sobre o país que queremos construir nas próximas décadas: democrático, soberano, inclusivo, sustentável e capaz de gerar prosperidade para sua população.

